

# Columbus Holdings S.A.

CNPJ 09.092.789/0001-22

Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

## RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

Em cumprimento às disposições legais e estatutárias, submetemos à apreciação de V. Sas. o Balanço Patrimonial, bem como as Demonstrações do Resultado, das Mutações do Patrimônio Líquido e do Fluxo de Caixa, relativos ao exercício encerrado em 31 de dezembro de 2010,

acompanhado das Notas Explicativas.

Colocamos-nos à disposição de V.Sas. para quaisquer esclarecimentos que julgarem necessários. Cidade de Deus, 28 de janeiro de 2011.

Diretoria

### BALANÇO PATRIMONIAL - Em Reais mil

ATIVO	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
<b>CIRCULANTE</b>	<b>267.429</b>	<b>372.643</b>	-	<b>CIRCULANTE</b>	<b>16.534</b>	<b>335.199</b>	-
Caixa e Equivalentes de Caixa (Nota 5).....	11	32	-	Impostos e Contribuições a Recolher (Nota 15e).....	10.612	248	-
Empréstimos e Adiantamento a Instituições de Crédito (Nota 6)...	-	291.717	-	Dividendos a Pagar (Nota 9c).....	5.853	334.864	-
Ativos Financeiros para Negociação (Nota 7).....	149.969	785	-	Outras Obrigações .....	69	87	-
Tributos a Compensar (Nota 15d).....	10.600	8.619	-				
Dividendos a Receber .....	105.081	71.490	-	<b>PATRIMÔNIO LÍQUIDO</b>	<b>4.307.560</b>	<b>3.717.173</b>	-
Juros sobre Capital Próprio.....	1.762	-	-	Capital Social (Nota 9a).....	202.235	202.235	-
Créditos Tributários (Nota 15f).....	6	-	-	Reserva de Capital (Nota 9b).....	3.454.577	3.454.577	-
<b>NÃO CIRCULANTE</b>	<b>4.056.665</b>	<b>3.679.729</b>	-	Reservas de Lucros (Nota 9c).....	650.748	60.361	-
<b>REALIZÁVEL A LONGO PRAZO</b>	<b>8.835</b>	<b>185.303</b>	-				
Empréstimos e Adiantamento a Instituições de Crédito (Nota 6)...	-	185.303	-	<b>TOTAL</b>	<b>4.324.094</b>	<b>4.052.372</b>	-
Tributos a Compensar (Nota 15d).....	8.818	-	-				
Créditos Tributários (Nota 15f).....	17	-	-				
<b>INVESTIMENTOS (Nota 8)</b>	<b>4.047.830</b>	<b>3.494.426</b>	-				
<b>TOTAL</b>	<b>4.324.094</b>	<b>4.052.372</b>	-				

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO - Em Reais mil

	Exercícios findos em	
	2010	2009
<b>RECEITAS OPERACIONAIS</b>	<b>632.475</b>	<b>1.660.092</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial (Nota 8b).....	599.512	330.212
Resultado na Alienação de Investimentos (Nota 10).....	-	1.307.430
Receitas Financeiras Líquidas (Nota 11).....	32.944	22.450
Outras Receitas Operacionais .....	19	-
<b>DESPESAS OPERACIONAIS</b>	<b>3.356</b>	<b>13.939</b>
Despesas Tributárias (Nota 12).....	1.259	2
Despesas Gerais e Administrativas (Nota 13).....	2.097	13.937
<b>RESULTADO ANTES DA TRIBUTAÇÃO SOBRE O LUCRO</b>	<b>629.119</b>	<b>1.646.153</b>
<b>IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL (Nota 15a) ..</b>	<b>(12.965)</b>	<b>(438.927)</b>
<b>LUCRO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO</b>	<b>616.154</b>	<b>1.207.226</b>
Número de ações .....	535.796.738	535.796.738
Lucro Líquido Básico por lote de mil ações em R\$ .....	1.150	2.253

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DO FLUXO DE CAIXA - Em Reais mil

	Exercícios findos em	
	2010	2009
<b>Fluxo de Caixa das Atividades Operacionais:</b>		
<b>Lucro Líquido antes do Imposto de Renda e Contribuição Social</b>	<b>629.119</b>	<b>1.646.153</b>
<b>Ajustes ao Lucro Líquido antes dos Impostos:</b>		
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	(599.512)	(330.212)
Resultado na Alienação de Investimentos.....	-	(1.307.430)
Receita/Despesa de Juros .....	(743)	-
<b>Lucro Líquido Ajustado</b>	<b>28.864</b>	<b>8.511</b>
Aumento em Títulos e Valores Mobiliários.....	327.836	(478.515)
Aumento em Outros Ativos.....	(9.239)	-
Aumento em Outras Obrigações .....	(675)	87
Imposto de Renda e Contribuição Social Pagos .....	(2.475)	(446.588)
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades Operacionais</b>	<b>344.311</b>	<b>(916.506)</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Investimentos:</b>		
Aquisição de Investimentos.....	(433.357)	(913.396)
Alienação de Investimentos.....	-	2.485.892
Juros sobre Capital Próprio .....	7.252	-
Dividendos Recebidos.....	436.551	156.040
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Investimentos</b>	<b>10.446</b>	<b>1.728.535</b>
<b>Fluxo de Caixa das Atividades de Financiamentos:</b>		
Dividendos Pagos.....	(354.778)	(812.000)
<b>Caixa Líquido Proveniente/Utilizado nas Atividades de Financiamentos</b>	<b>(354.778)</b>	<b>(812.000)</b>
<b>(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(21)</b>	<b>31</b>
<b>(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>		
Início do Período.....	32	1
Fim do Período .....	11	32
<b>(Redução)/Aumento de Caixa e Equivalentes de Caixa</b>	<b>(21)</b>	<b>31</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO - Em Reais mil

Eventos	Capital Social	Reservas de Capital	Reservas de Lucros		Prejuízos/Lucros Acumulados	Totais
			Legal	Estatutária		
<b>Saldos em 01.01.2009</b> .....	<b>1</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>(1)</b>	<b>-</b>
Aumento de Capital por						
Subscrição de Ações.....	202.234	-	-	-	-	202.234
Ágio na Emissão de Ações....	-	3.454.577	-	-	-	3.454.577
Lucro Líquido do Exercício ....	-	-	-	-	1.207.226	1.207.226
Destinações:						
- Reservas .....	-	-	40.447	19.914	(60.361)	-
- Dividendos Complementares Provisionados (R\$ 624,98 por lote de mil ações).....	-	-	-	-	(334.864)	(334.864)
- Dividendos Pagos (R\$ 1.515,50 por lote de mil ações).....	-	-	-	-	(812.000)	(812.000)
<b>Saldos em 31.12.2009</b> .....	<b>202.235</b>	<b>3.454.577</b>	<b>40.447</b>	<b>19.914</b>	<b>-</b>	<b>3.717.173</b>
Realização de Reserva -						
Provisão de Dividendos .....	-	-	-	(19.914)	-	(19.914)
Lucro Líquido do Exercício ....	-	-	-	-	616.154	616.154
Destinações:						
- Reservas .....	-	-	30.808	579.493	(610.301)	-
- Dividendos Propostos (R\$ 10,92 por lote de mil ações).....	-	-	-	-	(5.853)	(5.853)
<b>Saldos em 31.12.2010</b> .....	<b>202.235</b>	<b>3.454.577</b>	<b>71.255</b>	<b>579.493</b>	<b>-</b>	<b>4.307.560</b>

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### DEMONSTRAÇÃO DO VALOR ADICIONADO - Em Reais mil

	Exercícios Findos em			
	2010	%	2009	%
<b>GERAÇÃO DO VALOR ADICIONADO</b>				
<b>RECEITAS</b> .....	<b>19</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
Outras Receitas.....	19	-	-	-
<b>INSUMOS ADQUIRIDOS DE TERCEIROS</b> .....	<b>(2.062)</b>	<b>(0,3)</b>	<b>(127.959)</b>	<b>(7,8)</b>
Serviços de Terceiros .....	(362)	(0,1)	(114.155)	(6,9)
Outros.....	(1.700)	(0,2)	(13.804)	(0,8)
<b>VALOR ADICIONADO BRUTO</b> .....	<b>(2.043)</b>	<b>(0,3)</b>	<b>(127.959)</b>	<b>(7,8)</b>
<b>RETENÇÕES</b> .....	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>VALOR ADICIONADO LÍQUIDO</b> .....	<b>(2.043)</b>	<b>(0,3)</b>	<b>(127.959)</b>	<b>(7,8)</b>
<b>VALOR ADICIONADO RECEBIDO EM TRANSFERÊNCIA</b> .....	<b>632.559</b>	<b>100,3</b>	<b>1.774.114</b>	<b>4,1</b>
Resultado de Equivalência Patrimonial.....	590.188	93,6	330.212	0,5
Receitas Financeiras .....	42.371	6,7	22.450	1,4
Venda de Imóveis .....	-	-	1.421.452	2,2
<b>VALOR ADICIONADO TOTAL A DISTRIBUIR</b> .....	<b>630.516</b>	<b>100,0</b>	<b>1.646.155</b>	<b>100,0</b>
<b>DISTRIBUIÇÃO DO VALOR ADICIONADO TOTAL</b> ..	<b>630.516</b>	<b>100,0</b>	<b>1.646.155</b>	<b>100,0</b>
<b>Impostos, Taxas e Contribuições</b> .....	<b>14.260</b>	<b>2,3</b>	<b>438.929</b>	<b>26,7</b>
Federais.....	14.224	2,3	438.928	26,7
Estaduais.....	36	-	1	-
<b>Remuneração de Capitais de Terceiros e outros</b> ...	<b>102</b>	<b>-</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>Remuneração de Capitais Próprios</b> .....	<b>616.154</b>	<b>97,7</b>	<b>1.207.226</b>	<b>73,3</b>
Dividendos.....	5.853	0,9	1.146.865	69,7
Lucros Retidos.....	610.301	96,8	60.361	3,7

As Notas Explicativas são parte integrante das Demonstrações Contábeis.

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

#### 1) INFORMAÇÕES GERAIS

A Columbus Holdings S.A. é uma Companhia que tem por objetivo a administração, locação, compra, venda de bens próprios e participação em outras sociedades como cotista ou acionista. A Columbus Holdings S.A. é parte integrante da Organização Bradesco, utilizando-se de seus recursos administrativos e tecnológicos e suas demonstrações contábeis devem ser entendidas neste contexto.

A autorização para a emissão destas demonstrações contábeis foi concedida pela Diretoria em 28 de janeiro de 2011.

#### 2) RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS

As principais políticas contábeis aplicadas na preparação destas demonstrações contábeis estão definidas a seguir. Essas políticas foram aplicadas de modo consistente nos exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma.

##### 2.1) Base de preparação e apresentação das demonstrações contábeis

As demonstrações contábeis foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPCs). Elas foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor e ajustadas para refletir a remensuração dos ativos ao seu valor justo, quando aplicável.

A preparação de demonstrações contábeis requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis.

As alterações introduzidas pela adoção dos CPCs não produziram efeitos relevantes que pudessem mudar a posição demonstrada no encerramento do exercício de 2009.

A Companhia apresenta suas demonstrações contábeis individuais em consonância com a Lei nº 11.638/2007, não sendo aplicável a apresentação de Demonstrações Consolidadas.

##### 2.2) Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados utilizando-se a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em milhares de reais (R\$), que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

##### 2.3) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem dinheiro em caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e que apresentem riscos insignificantes de mudança de valor justo, os quais são utilizados pela Companhia para gerenciamento de seus compromissos de curto prazo (Nota 5).

##### 2.4) Ativos Financeiros

A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado subdividido em: mantidos para negociação e designados ao valor justo por meio de resultado, no reconhecimento inicial; disponíveis para venda, mantidos até o vencimento e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A Administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial.

##### a) Mensurados a valor justo por meio do resultado

###### a.1) Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009 a Companhia não possuía nenhum ativo financeiro designado a valor justo no reconhecimento inicial.

Continua...

# Columbus Holdings S.A.

CNPJ 09.092.789/0001-22

Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

### a.2) Ativos financeiros para negociação

Os ativos financeiros para negociação são os ativos mantidos pela Companhia com o propósito de vender no curto prazo, ou que a Companhia mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições. Os instrumentos financeiros também são categorizados como mantidos para negociação, a menos que tenham sido designados como instrumentos de *hedge*.

Os ativos financeiros mantidos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período.

As receitas e despesas de juros de ativos financeiros mantidos para negociação são reconhecidas nas contas de "Receitas Financeiras".

### b) Ativos financeiros disponíveis para venda

Investimentos disponíveis para venda são ativos financeiros não derivativos que não são classificados em mantidos até o vencimento ou para negociação para os quais existe a intenção de mantê-los por um período de tempo indefinido e que podem ser vendidos em resposta a mudanças nas taxas de juros, taxas de câmbio, preços de títulos de patrimônio ou necessidades de liquidez.

Ativos financeiros disponíveis para venda são reconhecidos inicialmente a valor justo, os quais correspondem ao valor pago incluindo os custos de transação, e são mensurados subsequentemente a valor justo com os ganhos e perdas reconhecidos no patrimônio líquido em outros resultados abrangentes, com exceção das perdas por valor não recuperável e dos ganhos e perdas cambiais de conversão. Se um ativo financeiro disponível para venda apresentar uma perda por valor não recuperável, a perda acumulada registrada no resultado abrangente é reconhecida na demonstração do resultado.

A receita de juros é reconhecida no resultado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009 a Companhia não possuía ativos financeiros disponíveis para venda.

### c) Ativos financeiros mantidos até o vencimento

Os investimentos mantidos até o vencimento são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis e vencimento fixo que a Companhia tem intenção e capacidade de manter até o vencimento e que não são designados como avaliados pelo valor justo por meio do resultado, ou como disponíveis para venda.

Os ativos financeiros mantidos até o vencimento são reconhecidos inicialmente a valor justo incluindo os custos diretos e incrementais e contabilizados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Os juros sobre os ativos financeiros mantidos até o vencimento estão incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil do investimento e é reconhecida na demonstração do resultado.

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de Janeiro de 2009 a Companhia não possuía ativos financeiros mantidos até o vencimento.

### d) Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis que não são cotados em um mercado ativo e que a Companhia não tem a intenção de vender imediatamente ou no curto prazo.

Os empréstimos e recebíveis são mensurados inicialmente pelo valor justo mais os custos diretos de transação, e subsequentemente avaliados pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa efetiva de juros.

Ativos financeiros adquiridos com compromissos de revenda são registrados como empréstimos e adiantamentos à instituições de crédito ou clientes, conforme apropriado. A diferença entre o preço de venda e de recompra é tratada como juros e reconhecida ao longo do prazo do contrato com base na taxa efetiva de juros.

Juros sobre empréstimos e recebíveis são incluídos no resultado como "Receitas Financeiras". No caso de deterioração, a perda por valor não recuperável é relatada como uma redução do valor contábil dos empréstimos e adiantamentos e é reconhecida na demonstração do resultado, como perda por redução ao valor recuperável de empréstimos e adiantamentos.

### 2.5) Passivos Financeiros

A Companhia classifica seus passivos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados a valor justo por meio do resultado e custo amortizado.

#### a) Mensurados a valor justo por meio do resultado

São registrados e avaliados pelo valor justo, sendo as respectivas modificações do valor justo reconhecidas imediatamente no resultado. Estes passivos podem ser subdivididos em duas classificações distintas: passivos financeiros designados a valor justo por meio do resultado e passivos financeiros mantidos para negociação.

##### a.1) Designados no reconhecimento inicial

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009 a Companhia não possuía nenhum passivo financeiro designado ao valor justo no reconhecimento inicial.

##### a.2) Passivos financeiros para negociação

Os passivos financeiros para negociação são os passivos mantidos pela Companhia com o propósito de venda ou recompra no curto prazo, ou que mantém como parte de uma carteira administrada em conjunto para obtenção de lucro no curto prazo ou para tomada de posições.

Os passivos para negociação são inicialmente reconhecidos e avaliados pelo valor justo no balanço e, os custos de transação são registrados diretamente no resultado do período. Todas as mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado em "Ganhos e perdas líquidos de ativos financeiros para negociação".

Em 31 de dezembro de 2010 e 2009 e 01 de janeiro de 2009 a Companhia não possuía passivos financeiros mantidos para negociação.

##### b) Passivos financeiros a custo amortizado

São os passivos financeiros que não são avaliados pelo valor justo por meio do resultado. Estes passivos são inicialmente registrados pelo seu valor justo e subsequentemente mensurados ao custo amortizado. Incluem, dentre outros, recursos de instituições de crédito e de clientes, recursos de emissão de títulos de dívida e títulos de dívidas subordinadas.

### 2.6) Determinação do valor justo

O valor justo dos ativos financeiros é apurado de acordo com a cotação de preço de mercado disponível na data do balanço. Se não houver cotação de preços de mercado disponível, os valores são estimados com base em cotações de distribuidores, modelos de definições de preços, modelos de cotações ou cotações de preços para instrumentos com características semelhantes.

No caso das aplicações em fundos de investimento, o custo atualizado reflete o valor de mercado das respectivas cotas.

### 2.7) Investimento em Controladas

São classificados como controladas as entidades as quais a Companhia exerce controle, ou seja, quando detém o poder de exercer a maioria dos direitos de voto. Poderá ainda existir controle quando a Companhia possuir, direta ou indiretamente, preponderâncias de gerir as políticas financeiras e operacionais de determinadas entidades para obter benefícios em suas atividades, mesmo que a percentagem que detém sobre o seu capital próprio for inferior a 50%. A existência e o efeito de potenciais direitos de voto, que são atualmente exercíveis ou conversíveis, são levados em consideração ao avaliar se a Companhia controla outra entidade.

Os investimentos em sociedades controladas e coligadas são registrados e avaliados pelo método de equivalência patrimonial, reconhecido no resultado do exercício como despesa (ou receita) operacional.

O resultado das controladas adquiridas ou vendidas durante os exercícios são incluídos nas demonstrações contábeis a partir da data efetiva de aquisição ou até a data em que o controle deixar de existir.

#### 2.7.1) Ágio (*Goodwill*)

O ágio (ou deságio) é originado no processo de aquisição de controladas, coligadas e *joint ventures*.

O ágio representa o excesso do custo de aquisição em razão do interesse da Companhia sobre o valor justo líquido dos ativos e passivos identificáveis adquiridos de uma controlada e coligada na data da aquisição. O ágio originado na aquisição de controladas e coligadas são incluídos no valor dos investimentos. Quando o excesso é negativo (deságio) este é reconhecido imediatamente no resultado como ganho na data de aquisição.

O ágio é testado anualmente e sempre que for observado um evento que cause a redução ao valor recuperável, comparando-se o valor presente dos fluxos de caixa futuros esperados de uma unidade geradora de caixa ao valor contábil de seus ativos líquidos, incluindo o ágio atribuível e contabilizado ao custo deduzido das perdas acumuladas por redução ao valor recuperável. Perdas por redução ao valor recuperável de ágio não podem ser revertidas. Ganhos e perdas auferidos na venda de uma entidade incluem o valor contábil do ágio relativo à entidade vendida.

### 2.8) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros

#### a) Ativos financeiros reconhecidos a custo amortizado

Em cada data das demonstrações contábeis, a Companhia avalia se há evidências objetivas de que os ativos financeiros não contabilizados pelo valor justo por meio do resultado estejam com perda de seu valor recuperável. As perdas por redução ao valor recuperável são incorridas se, e apenas se, existirem evidências objetivas que demonstrem a ocorrência de uma perda após o reconhecimento inicial do ativo financeiro e que a perda provoca um impacto nos fluxos de caixa futuros do ativo financeiro ou de grupos de ativos financeiros que podem ser estimados de modo confiável.

#### b) Ativos financeiros classificados como disponíveis para venda

A Companhia avalia em cada data das demonstrações contábeis se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou um grupo de ativos financeiros está deteriorado. Se, em um período subsequente, o valor justo de um instrumento da dívida classificado como disponível para venda aumentar, e o aumento puder ser objetivamente relacionado a um evento que ocorreu após o prejuízo por redução ao valor recuperável ter sido reconhecido, a perda por redução ao valor recuperável é revertido da demonstração do resultado.

### 2.9) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros (*impairment*)

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados, no mínimo, anualmente para verificação do seu valor recuperável. Quando houver indício de perda ao valor recuperável (*impairment*), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado.

Uma perda pela redução ao valor recuperável é reconhecida pelo excesso do valor contábil do ativo sobre seu valor recuperável. Este último é o maior valor entre o valor justo menos os custos de venda e o valor em uso. Para fins de avaliação da perda pela redução do valor recuperável, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente (Unidades Geradoras de Caixa (UGC)).

### 2.10) Provisões, passivos contingentes e ativos contingentes

Uma provisão é reconhecida, quando como resultado de um evento passado, a Companhia tenha uma obrigação presente e legal que pode ser estimada de modo confiável, e com provável saída de benefícios econômicos para sua quitação.

Passivos contingentes são divulgados se existir uma possível obrigação futura resultante de eventos passados ou se existir uma obrigação presente resultante de um evento passado.

Ativos contingentes são reconhecidos contabilmente somente quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis definitivas, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações contábeis, exceto quando seja provável que esses ativos venham a dar origem a um aumento em recursos que incorporem benefícios econômicos.

As provisões foram constituídas levando em conta: a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de Tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável.

O passivo relacionado à obrigação legal em discussão judicial é mantido até o ganho definitivo da ação, representado por decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, ou a sua prescrição.

### 2.11) Patrimônio Líquido

#### a) Lucro por ação

A Companhia apresenta dados de lucro por ação básico.

O lucro por ação básico é calculado dividindo-se o lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia pela média ponderada das ações ordinárias durante o ano, excluindo a quantidade média das ações ordinárias compradas pela Companhia e mantidas em tesouraria.

#### b) Dividendos a pagar

A distribuição de dividendos para os acionistas da Companhia é reconhecida como passivo nas demonstrações contábeis, no período em que a distribuição é aprovada por eles, ou quando da proposição do dividendo mínimo obrigatório previsto no Estatuto da Companhia.

### 2.12) Reconhecimento da Receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber no curso normal das atividades da Companhia.

A Companhia reconhece a receita quando o seu valor puder ser mensurado com segurança, for provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Companhia e quando critérios específicos tiverem sido atendidos para cada uma das atividades da Companhia. A Companhia baseia suas estimativas em resultados históricos, levando em consideração, o tipo de transação.

### Receitas Financeiras

A receita financeira é reconhecida conforme o prazo decorrido, usando o método da taxa efetiva de juros. Quando uma perda (*impairment*) é identificada em relação a valores a receber, a Companhia reduz o valor contábil para seu valor recuperável, que corresponde ao fluxo de caixa futuro estimado, descontado à taxa efetiva de juros original do instrumento. Subsequentemente, à medida que o tempo passa, os juros são incorporados aos valores a receber, em contrapartida de receita financeira. Essa receita financeira é calculada pela mesma taxa efetiva de juros utilizada para apurar o valor recuperável, ou seja, a taxa original dos valores a receber.

### 2.13) Imposto de Renda e Contribuição Social

A provisão para imposto de renda é constituída à alíquota-base de 15% do lucro tributável, acrescida de adicional de 10%, quando aplicável. A provisão para contribuição social é calculada sobre o lucro antes do imposto de renda, considerando a alíquota de 9%. Foram constituídas provisões para os demais impostos e contribuições sociais, de acordo com as respectivas legislações vigentes.

A despesa com imposto de renda corrente é calculada como a soma do imposto corrente resultante da aplicação da alíquota adequada ao lucro real do exercício (líquido de quaisquer ajustes previstos para fins fiscais) e das mutações nos ativos e passivos fiscais diferidos reconhecidos na demonstração consolidada do resultado.

Os créditos tributários sobre adições temporárias serão realizados quando da utilização e/ou reversão das respectivas provisões sobre as quais foram constituídos. Tais créditos tributários são reconhecidos contabilmente com base nas expectativas atuais de sua realização, considerando os estudos técnicos e as análises realizadas pela Administração.

De acordo com a Lei nº 11.941/09, as modificações no critério de reconhecimento de receitas, custos e despesas computadas na apuração do lucro líquido do exercício, introduzidas pela Lei nº 11.638/07 e pelos artigos 37 e 38 da Lei nº 11.941/09, não têm efeitos para fins de apuração do lucro real da pessoa jurídica optante pelo Regime Tributário de Transição - RTT, devendo ser considerados, para fins tributários, os métodos e critérios contábeis vigentes em 31 de dezembro de 2007. Para fins contábeis, os efeitos tributários da adoção da Lei nº 11.638/07 estão registrados nos ativos e passivos diferidos correspondentes.

## 3) GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia, como parte integrante da Organização Bradesco, tem estrutura de gerenciamento de riscos que permite que estes sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de modo integrado, envolvendo a Alta Administração, quando necessário.

### 3.1) Risco de Crédito

O risco de crédito consiste na possibilidade de ocorrer perdas associadas ao não cumprimento, pelo tomador ou contraparte, de suas respectivas obrigações financeiras nos termos pactuados, bem como à desvalorização de contrato de crédito decorrente da deterioração na classificação de risco do tomador, à redução de ganhos ou remunerações, às vantagens concedidas na renegociação, aos custos de recuperação e à outros valores relativos ao descumprimento de obrigações financeiras da contraparte.

O gerenciamento de Risco de Crédito da Companhia é realizado pela Organização Bradesco de maneira corporativa e centralizada sendo um processo contínuo e evolutivo de mapeamento, desenvolvimento, aferição e diagnóstico através de modelos, instrumentos e procedimentos vigentes, exigindo alto grau de disciplina e controle nas análises das operações efetuadas, preservando a integridade e a independência dos processos.

### 3.2) Risco de Mercado

O risco de mercado é representado pela possibilidade de perda financeira por oscilação de preços e taxas de juros dos ativos financeiros da Companhia, uma vez que suas carteiras ativas e passivas podem apresentar descasamentos de prazos, moedas e indexadores.

Este risco é cuidadosamente identificado, mensurado, mitigado e gerenciado. O perfil de exposição a risco de mercado da Companhia é conservador, sendo as diretrizes e limites monitorados diariamente, de maneira independente.

O controle do risco de mercado é realizado pela Organização Bradesco de maneira corporativa e centralizada. Todas as atividades expostas a risco de mercado são mapeadas, mensuradas e classificadas quanto à probabilidade e magnitude, com seus respectivos planos de mitigação devidamente aprovados pela estrutura de governança.

O processo de gerenciamento de riscos da Organização conta com a participação de todas as camadas hierárquicas da Organização Bradesco, que abrange desde as unidades de negócio até o Conselho de Administração.

### 3.3) Risco de Liquidez

Risco de Liquidez é a possibilidade da não existência de recursos financeiros suficientes para que a Companhia honre seus compromissos em razão dos descasamentos entre pagamentos e recebimentos, considerando as diferentes moedas e prazos de liquidação de seus direitos e obrigações.

O conhecimento e o acompanhamento deste risco são cruciais, sobretudo para que a Companhia possa lidar as operações em tempo hábil e de modo seguro.

#### Processo de Gerenciamento do Risco de Liquidez

A Organização Bradesco tem uma Política de Gestão de Riscos de Mercado e Liquidez aprovada pelo Conselho de Administração, que tem como um de seus objetivos assegurar a existência de normas, critérios e procedimentos que garantam à Organização o estabelecimento de Reserva Mínima de Liquidez (RML), bem como a existência de estratégia e de planos de ação para situações de crise de liquidez.

Nos critérios e procedimentos aprovados são determinados a reserva mínima de liquidez a ser mantida diariamente e os tipos de ativos elegíveis para composição dos recursos disponíveis. Além disso, são estabelecidos os instrumentos para gestão da liquidez em cenário normal e em cenário de crise e as estratégias de atuação a serem seguidas em cada caso.

#### Controle e Acompanhamento

O controle e o acompanhamento das posições são realizados de maneira independente à área de gestão da Organização Bradesco. No processo de gerenciamento de risco de liquidez, a área de *back-office* tem a responsabilidade de fornecer as informações necessárias à gestão e ao acompanhamento do cumprimento dos limites estabelecidos. Já a área de riscos é responsável pela mensuração do nível mínimo de liquidez, revisão de política, normas, critérios e procedimentos e realização de estudos para as novas recomendações.

Continua...

# Columbus Holdings S.A.

CNPJ 09.092.789/0001-22

Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

### 3.4) Valor justo de ativos e passivos financeiros

A Companhia aplica o CPC 40 para instrumentos financeiros mensurados no balanço patrimonial pelo valor justo, o que requer divulgação das mensurações do valor justo pelo nível da seguinte hierarquia de mensuração pelo valor justo:

#### Nível 1

Preços cotados em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos. Ativos e passivos de Nível 1 incluem títulos de dívida e patrimoniais e contratos de derivativos que são negociados em um mercado ativo, assim como títulos públicos brasileiros que são altamente líquidos e ativamente negociados em mercados de balcão.

#### Nível 2

Dados observáveis que não os preços de Nível 1, tais como preços cotados para ativos ou passivos similares; preços cotados em mercados não ativos; ou outros dados que são observáveis no mercado ou que possam ser confirmados por dados observáveis de mercado para substancialmente todo o prazo dos ativos ou passivos. Os ativos e passivos de Nível 2 incluem contratos de derivativos cujo valor é determinado usando um modelo de precificação com dados que são observáveis no mercado ou que possam ser deduzidos principalmente de ou ser confirmados por dados observáveis de mercado, incluindo mas não limitados a curvas de rendimento, taxas de juros, volatilidades, preços de títulos de dívida e patrimoniais e taxas de câmbio.

#### Nível 3

Dados não observáveis que são suportados por pouca ou nenhuma atividade de mercado e que sejam significativos ao valor justo dos ativos e passivos. Os ativos e passivos de Nível 3 geralmente incluem instrumentos financeiros cujo valor é determinado usando modelos de precificação, metodologias de fluxo de caixa descontado, ou técnicas similares, assim como instrumentos para os quais a determinação do valor justo requer julgamento ou estimativa significativos da administração. Esta categoria geralmente inclui certos títulos emitidos por instituições financeiras e empresas não financeiras e certos contratos de derivativos.

### 4) USO DE ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS

Nas Demonstrações Contábeis foram utilizadas algumas estimativas e julgamentos contábeis elaborados a fim de quantificar determinados ativos e passivos. Tais estimativas e julgamentos são continuamente avaliados

#### b) A composição dos Investimentos está demonstrada a seguir:

Empresas	Capital Social	Patrimônio Líquido	Resultado Ajustado	Quantidade de ações possuídas (em milhares)		Participação no Capital Social - %	Investimentos (2)			Ajuste Decorrente de Avaliação (3)		
				ON	PN		31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Cielo S.A. (1) (2) .....	100.000	1.344.107	1.819.593	390.987	-	28.6482	385.063	246.241	-	497.225	276.897	-
Everest Holdings Ltda. (1) (2) .....	66.020	96.224	12.602	86.441	-	99.9999	96.224	108.742	-	12.602	7.331	-
Tempo Serviços Ltda. (1) (2) .....	1.575.650	1.780.816	171.931	736.804	-	46.7619	832.744	813.658	-	80.361	45.984	-
Ágio - Cielo S.A. (3) .....							2.733.299	2.325.285	-	-	-	-
Outros (4) .....							500	500	-	-	-	-
<b>Total .....</b>							<b>4.047.830</b>	<b>3.494.426</b>	-	<b>590.188</b>	<b>330.312</b>	-

(1) Dados relativos a 31.12.2010;

(2) Ajuste decorrente de avaliação considera os resultados apurados pela Companhia, a partir da aquisição e inclui variações patrimoniais da investida não decorrentes de resultado, quando aplicáveis;

(3) O ágio está fundamentado na diferença entre o valor de mercado de ativos e o respectivo valor contábil, quando da aquisição da participação societária na Companhia Cielo S.A.; e

(4) Refere-se a Incentivos Fiscais.

### 9) PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### a) Composição do capital social em ações

O capital social, totalmente subscrito e integralizado, é dividido em ações nominativas-escriturais, sem valor nominal.

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Ordinárias .....	535.796.738	535.796.738	1
<b>Total .....</b>	<b>535.796.738</b>	<b>535.796.738</b>	<b>1</b>

Em Assembleia Geral Extraordinária de 15 de Abril de 2009, deliberou-se pelo grupamento das 1.000 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal, representativas do Capital Social, na proporção de 1.000 (mil) ações para 1 (uma) ação da respectiva espécie, passando o Capital Social a ser de R\$ 1, dividido em 1 (uma) ação ordinária, nominativa-escritural, sem valor nominal; Aumentar o Capital Social no valor de R\$ 40.157, elevando-o de R\$ 1 para R\$ 40.158, mediante a emissão de 106.392.689 ações ordinárias, nominativas-escriturais com integralização à vista no ato da subscrição.

Em Assembleia Geral Extraordinária de 22 de Abril de 2009, deliberou-se Aumentar o Capital Social, mediante a integralização em bens no montante de R\$ 568.590 com a emissão de 175.583.353 ações ordinárias, nominativas-escriturais, sem valor nominal dos quais R\$ 66.273 serão levados à conta "Capital Social", elevando-o de R\$ 40.158 para R\$ 106.431 e o montante remanescente, será levado à conta "Reserva de Ágio na emissão de ações".

Em Assembleia Geral Extraordinária de 04 de Maio de 2009, deliberou-se Aumentar o Capital Social, mediante a integralização em bens no montante de R\$ 3.048.064 com a emissão de 253.820.695 ações ordinárias nominativas-escriturais sem valor nominal dos quais R\$ 95.804 serão levados à conta "Capital Social", elevando-o de R\$ 106.431 para R\$ 202.235 e montante remanescente, será levado à conta "Reserva de ágio na Emissão de Ações".

#### b) Reservas de capital

A reserva de capital é composta principalmente por ágio pago pelos acionistas na subscrição de ações. A reserva de capital é utilizada para (i) absorção de prejuízos que ultrapassem os lucros acumulados e as reservas de lucros, (ii) resgate, reembolso ou compra de ações, (iii) resgate de partes beneficiárias, (iv) incorporação ao capital social e (v) pagamento de dividendo a ações preferenciais, quando essa vantagem lhes for assegurada.

#### c) Reservas de Lucros

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
<b>Reservas de lucros .....</b>	<b>650.748</b>	<b>60.361</b>	-
- Reserva legal (1) .....	71.255	40.447	-
- Reserva estatutária (2) .....	579.493	19.914	-

(1) Constituída obrigatoriamente à base de 5% do lucro líquido do exercício, até atingir 20% do capital social realizado, ou 30% do capital social, acrescido das reservas de capital. Após esse limite a apropriação não mais se faz obrigatória. A reserva legal somente poderá ser utilizada para aumento de capital ou para compensar prejuízos; e

(2) Visando à manutenção de margem operacional compatível com o desenvolvimento das operações ativas da Sociedade, pode ser constituída em 100% do lucro líquido remanescente após destinações estatutárias, mediante proposta da Diretoria, aprovada pelo Conselho e deliberada pela Assembleia Geral, sendo o saldo limitado a 95% do Capital Social Integralizado.

#### d) Dividendos mínimos obrigatórios

Conforme disposições estatutárias aos acionistas estão assegurados dividendos que correspondam no mínimo a 1% do lucro líquido do exercício, ajustado nos termos da lei societária. A Assembleia deliberará sobre a destinação do resultado do exercício.

Os cálculos dos dividendos relativos aos exercícios de 2010 e 2009 estão demonstrados a seguir:

	Em 31 de dezembro			
	2010	% (1)	2009	% (1)
<b>Lucro Líquido do Exercício .....</b>	<b>616.154</b>		<b>1.207.226</b>	
Absorção do prejuízo de exercício anterior .....	-		(1)	
Reserva Legal .....	(30.808)		(40.447)	
<b>Base de Cálculo .....</b>	<b>585.346</b>		<b>1.166.778</b>	
Dividendos pagos .....	-		812.000	
Dividendos complementares/provisionados .....	5.853		334.864	
<b>Dividendos Propostos .....</b>	<b>5.853</b>	<b>1,0</b>	<b>1.146.864</b>	<b>98,29</b>

(1) Percentual dos dividendos sobre a base de cálculo.

### 10) RESULTADO NA ALIENAÇÃO DE INVESTIMENTOS

O resultado da venda de investimentos, no montante de R\$ 1.307.430, em 2009, refere-se ao lucro apurado na alienação parcial de 173.327.543 ações da Cielo S.A., líquido de encargos de R\$ 114.022, relativos ao processo de venda, conforme contrato de compra e venda de 01.07 e 08.07.2009.

e baseiam-se em experiência histórica e diversos outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis nas circunstâncias atuais.

Essas estimativas e julgamentos contábeis referem-se basicamente ao seguinte item:

#### 4.1) Redução ao valor recuperável de ativos não financeiros e ágio

Determinados ativos, incluindo ágio, outros intangíveis e investimentos pelo método da equivalência patrimonial, estão sujeitos à revisão de perda de valor recuperável (*impairment*). As despesas com perda de valor recuperável são registradas quando existem evidências claras de perda de valor recuperável, ou de não-recuperabilidade do custo dos ativos. A avaliação do que constitui perda de valor recuperável é uma matéria que requer um nível significativo de julgamento.

### 5) CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	31.12.2010	31.12.2009	01.01.2009
Disponibilidades em moeda nacional (1) .....	11	32	-
<b>Total de Caixa e Equivalentes de Caixa .....</b>	<b>11</b>	<b>32</b>	-

(1) Refere-se a depósito bancário à vista.

### 6) EMPRÉSTIMOS E ADIANTAMENTO A INSTITUIÇÕES DE CRÉDITO

Referem-se a operações compromissadas com lastros em debêntures no montante em 2009 de R\$ 477.020.

### 7) ATIVOS FINANCEIROS PARA NEGOCIAÇÃO

Referem-se a aplicações de renda fixa à aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros, no montante de R\$ 149.969 (2009 - R\$ 785). Estes ativos são classificados na categoria de ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, enquadradas no Nível 1.

### 8) INVESTIMENTOS

a) Os ajustes decorrentes da avaliação pelo método de equivalência patrimonial dos investimentos foram registrados na conta de Resultado de Equivalência Patrimonial e corresponderam, no exercício, a um resultado positivo de R\$ 4.047.830 (2009 - R\$ 3.494.426).

### 11) RECEITAS FINANCEIRAS LÍQUIDAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Rendimento de Aplicações em Fundos de Investimentos Financeiros .....	10.861	927
Rendimento de Aplicação Financeira em Debêntures .....	21.340	21.523
Juros Ativos .....	845	-
Juros Passivos .....	(102)	-
<b>Total .....</b>	<b>32.944</b>	<b>22.450</b>

#### Despesas Tributárias

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
PIS .....	154	-
COFINS .....	709	-
Impostos e Taxas .....	396	2
<b>Total .....</b>	<b>1.259</b>	<b>2</b>

### 12) DESPESAS GERAIS E ADMINISTRATIVAS

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
Ediais e Publicações .....	84	131
Doações .....	49	8.300
Patrocínios .....	460	5.497
Serviços de Terceiros .....	1.202	-
Contribuição Sindical Patronal .....	35	-
Outras .....	267	9
<b>Total .....</b>	<b>2.097</b>	<b>13.937</b>

### 13) TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) As transações com partes relacionadas, vigentes nas datas das operações, estão assim representadas:

	Em 31 de dezembro			
	2010		2009	
	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)	Ativo (passivo)	Receitas (despesas)
<b>Caixa e Equivalentes de Caixa:</b>				
Banco Bradesco S.A. ....	11	-	32	-
<b>Aplicações Financeiras com lastro em debêntures:</b>				
Banco Bradesco S.A. ....	-	21.340	477.020	21.523
<b>Dividendos a Receber:</b>				
Cielo S.A. (1) .....	-	-	27.680	-
Everest Holdings Ltda. ....	120	-	124	-
Tempo Serviços Ltda. ....	104.961	-	43.686	-
<b>Dividendos a Pagar:</b>				
Caeté Holdings Ltda. ....	1.163	-	65.732	-
Elba Holdings Ltda. ....	1.918	-	109.833	-
Rubi Holdings Ltda. ....	2.772	-	159.299	-

#### b) Remuneração do pessoal-chave da Administração

A Empresa é parte integrante da Organização Bradesco e seus administradores são remunerados pelos cargos que ocupam no Banco Bradesco S.A., controlador da Companhia.

### 14) IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

a) Demonstração do cálculo dos encargos com imposto de renda e contribuição social:

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
<b>Resultado antes dos tributos (Imposto de Renda e Contribuição Social) .....</b>	<b>629.119</b>	<b>1.646.153</b>
Encargo total do imposto de renda e contribuição social às alíquotas de 25% e 9%, respectivamente .....	(213.901)	(559.692)
<b>Efeito das adições e exclusões no cálculo dos tributos:</b>		
Participações em controladas, tributadas nas empresas correspondentes .....	203.834	112.272
Despesas e provisões indedutíveis líquidas das receitas não tributáveis .....	(98)	(3.499)
Juros sobre o capital próprio .....	(3.170)	-
Outros .....	370	11.992
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício .....</b>	<b>(12.965)</b>	<b>(438.927)</b>

Continua...

# Columbus Holdings S.A.

CNPJ 09.092.789/0001-22

Sede: Cidade de Deus, Osasco, SP

## NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS - Em Reais mil

### b) Composição da conta de resultado do imposto de renda e contribuição social:

	Em 31 de dezembro	
	2010	2009
<b>Impostos correntes:</b>		
Imposto de renda e contribuição social devidos.....	(12.988)	(438.927)
<b>Impostos diferidos:</b>		
Constituição/realização no exercício, sobre adições temporárias.....	23	-
<b>Imposto de renda e contribuição social do exercício.....</b>	<b>(12.965)</b>	<b>(438.927)</b>

### c) Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos:

	Em 31 de dezembro			
	2009	Constituição	Realização	2010
Outras provisões.....	-	23	-	23
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias.....</b>	<b>-</b>	<b>23</b>	<b>-</b>	<b>23</b>

A projeção de realização de crédito tributário trata-se de estimativa e não é diretamente relacionada à expectativa de lucros contábeis.

O valor presente dos créditos tributários, calculados considerando a taxa média de captação, líquida dos efeitos tributários, monta a R\$ 23 mil.

### d) Tributos a Compensar ou a Recuperar

Os tributos a compensar ou a recuperar no montante de R\$ 19.418 (2009 – 8.619) referem-se a imposto de renda retido na fonte sobre aplicações financeiras e Imposto de Renda de exercícios anteriores.

### e) Impostos e Contribuições a Recolher

Os impostos e contribuições a recolher, no montante de R\$ 10.612 (2009 – R\$ 248), referem-se a Contribuição Social de R\$ 854 (2009 – R\$ 248), Imposto de Renda de R\$ 9.566, Cofins de R\$ 158 e PIS de R\$ 34.

### f) Previsão de realização dos créditos tributários sobre diferenças temporárias, prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social:

	Em 31 de dezembro de 2010		
	Imposto de Renda	Contribuição Social	Total
2011.....	4	2	6
2012.....	4	2	6
2013.....	4	1	5
2014.....	5	1	6
<b>Total.....</b>	<b>17</b>	<b>6</b>	<b>23</b>

### 15) OUTRAS INFORMAÇÕES

a) A Companhia, em 31 de dezembro de 2010 e 2009, não possuía operações com Instrumentos Financeiros Derivativos.

b) Devido às características da Companhia não há componentes de outros resultados abrangentes.

c) Em dezembro de 2010 e 2009 não há processos com riscos fiscais, cíveis e trabalhistas avaliados como perda possíveis ou prováveis de natureza relevantes.

### A DIRETORIA

Cid de Oliveira Guimarães – Contador – CRC 1SP218369/O-0

### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE A REVISÃO LIMITADA

Aos Administradores

#### Columbus Holdings S.A.

1. Efetuamos revisão limitada do balanço patrimonial da Columbus Holdings S.A. em 31 de dezembro de 2009 e das correspondentes demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa do exercício findo nessa data, elaborado sob a responsabilidade de sua administração. Nossa responsabilidade é a de emitir relatório sobre essas demonstrações financeiras.

2. Nossas revisões foram efetuadas de acordo com as normas específicas estabelecidas pelo IBRACON – Instituto dos Auditores Independentes do Brasil e consistiram, principalmente, na aplicação de procedimentos de revisão analítica dos dados financeiros e na averiguação dos critérios adotados na elaboração das demonstrações financeiras junto aos responsáveis pelas áreas contábil e financeira. Considerando que essas revisões não representaram um exame de acordo com as Normas de Auditoria Independente das demonstrações financeiras, não estamos expressando opinião sobre as referidas demonstrações financeiras.

3. Com base em nossas revisões limitadas, não temos conhecimento de qualquer modificação relevante que deva ser feita nas referidas demonstrações financeiras para que as mesmas estejam de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

4. Conforme mencionado na nota 2, não estão sendo apresentadas as demonstrações financeiras para fins de comparabilidade uma vez que a empresa apresentava, em 31 de dezembro de 2008, somente R\$ 1 em Capital Social e R\$ 1 em Caixa e Equivalentes de Caixa.

São Paulo, 27 de janeiro de 2010



PricewaterhouseCoopers  
Auditores Independentes  
CRC2SP000160/O-5

Luís Carlos Matias Ramos  
Contador  
CRC 1SP171564/O-1